

## Celebração do dia africano da alimentação escolar

No dia 7 de Março em Quinhamel, o Ministério da Educação e Ensino Superior, Uniao Africana e o PAM organizaram a celebração do Dia Africano da Alimentação Escolar com a participação dos Ministros da Educação e Mulher, o Secretário da Cooperação internacional, a Primeira Dama, representantes da Presidência da Republica, do Gabinete do Primeiro Ministro, Embaixador do Africa do Sul, Embaixador da União Africana, representante do CEDEAO, Coordenador Residente, a.i. das Nações Unidas, colegas da FAO, OMS, UNICEF e PAM. Este evento congregou mais de 600 pessoas entre alunos, população, entidades governamentais e corpo diplomático acreditado no país. O Primeiro de Março foi designado o Dia Africano da Alimentação Escolar em Janeiro de 2016 em Adis Abeba pelos chefes dos estados Africanos em reconhecimento da valor da alimentação escolar para o desenvolvimento físico cognitivo das alunos, promover assistência, a permanência e conclusão do ensino básico de 6 anos pelas crianças e adolescentes inscritos nas escolas e ainda promover o desenvolvimento da agricultura através da compra local dos alimentos para escola. A celebração visa assim promover alimentação escolar e nutrição através da cultura alimentar local diversificada, educação nutricional e desenvolvimento agrícola familiar e economia local para o combate a pobreza e insegura



rança alimentar das populações.

## Campanha distribuição de mosquiteiros decorreu de 31 de maio a 4 de junho

De 31 de maio a 4 de junho, o Ministério da Saúde, com o apoio do PNUD e do UNIOGBIS, distribuiu um milhão de mosquiteiros em todo o país. As famílias receberam os seus mosquiteiros em troca de um vale indicando o numero de redes mosquiteiras a que tem direito—um mosquiteiro para cada duas pessoas.

A campanha de distribuição de mosquiteiros, a terceira nos últimos 10 anos tem como objectivo prevenir o paludismo que continua a ser uma das principais causas de morte no país. A Guiné-Bissau continua a apresentar a mais elevada taxa de prevalência de malaria da região. Os sacos nos quais vem embrulhadas as redes são biodegradáveis não causando qualquer dano para o ambiente.

## Mulheres Guineenses apresentaram propostas ao RESG para resolver a crise

No dia 24 de maio, no UNIOGBIS, o Representante Especial do Secretário-geral (RESG), Modibo Touré recebeu as organizações femininas que quiseram propor soluções para a saída da actual crise política institucional que se regista no país. A 27 de abril passado, as mulheres tinham já entregue um memorando sobre a sua visão para uma saída da crise política ao Representante-Adjunto do Secretário-geral, Marco Carmignani. As mulheres sentem-se excluídas do processo negocial, em particular nas mediações conduzidas pela CEDEAO. Como forma de contribuir para a solução da crise estão determinadas em encontrar espaços de concertação a fim de unirem as partes desavindas em

torno das prioridades para o desenvolvimento, como a implementação do acordo de Conacri e do programa de governo; também propuseram a realização de um fórum das mulheres sobre a paz e consideraram que a falha do acordo de Conacri tem a ver com a metodologia que foi utilizada e do seu conteúdo, e contradiz a Constituição da República. As mulheres pediram apoio técnico e financeiro e apelaram uma maior concertação entre os parceiros internacionais por forma a assegurar um diálogo franco, e sério entre os diferentes atores políticos nacionais; O RESG prometeu ler a proposta e apelou à união entre as mulheres para garantir que não haverá violência no país e desde então tem reunido com o grupo para acompanhar os seus esforços.



## Guiné-Bissau: relatório da ONU sobre os direitos humanos insta a uma reforma abrangente do sistema de saúde

BISSAU / GENEVRA (8 de junho de 2017) - Um relatório da ONU divulgado no dia 9 de junho em Bissau revela os principais desafios que a Guiné-Bissau enfrenta na realização do direito à saúde.

A instabilidade política, a pobreza endémica e os déficits de prestação de contas, acesso a alimentos, educação, água potável e saneamento, bem como um sistema de saúde que precisa de reformas, levam a violações do direito à saúde, em particular a saúde materna e infantil, Saúde sexual e reprodutiva e cuidados de saúde para pessoas que vivem com HIV / AIDS, tuberculose e malária, diz o relatório.

Embora reconheça melhorias nos últimos anos, o relatório do Gabinete de Construção da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) e do Escritório dos Direitos Humanos das Nações Unidas exige uma reforma abrangente do sistema de saúde no país e faz uma série de recomendações, inclusive em relação Para melhorar o monitoramento e a responsabilização.

Consulte o relatório: [https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/report\\_on\\_the\\_right\\_to\\_health\\_-guinea-bissau\\_portuguese\\_.pdf](https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/report_on_the_right_to_health_-guinea-bissau_portuguese_.pdf)

## Comité de sanções da ONU visitou Bissau

O presidente do Comité do Conselho de Segurança da ONU criado nos termos da resolução 2048 (2012) referente à Guiné-Bissau, Embaixador Elbio Rosselli do Uruguai, visitou Bissau de 13 a 15 de junho para recolher informação em primeira mão sobre a implementação efectiva das medidas impostas pela resolução 2048 (2012).

Neste contexto, o Presidente reuniu e discutiu com o Presidente da República; Membros do Conselho de Ministros; Autoridades estatais relevantes; Representantes dos partidos políticos e da sociedade civil. O Presidente expressou a sua gratidão pela calorosa recepção dos Bissau-guineenses e pelo apoio prestado pelo Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

Os resultados das discussões realizadas durante esta visita serão reportados ao Comité e posteriormente ao Conselho de Segurança nas próximas semanas.

Para mais informação visite o website do Comité: <https://www.un.org/sc/suborg/en/sanctions/2048>



Boletim sobre a ONU e as actividades na Guiné-Bissau pela paz e desenvolvimento sustentável



© UNIOGBIS/PIU

## PNUD: As árvores fazem parte do ciclo que nos dá vida

O Dia Internacional das Florestas foi celebrado a 21 de Março findo. Foi uma oportunidade que IKUMA aproveitou para saber dos avanços e/ou retrocessos que a Guiné-Bissau fez na preservação das suas áreas naturais protegidas.

De alguns anos a esta parte, o país registou abates abusivos de árvores da madeira dispersas nas suas florestas, o que pôs em risco alguns dos seus parques naturais sob o regime de protecção. Também, de alguns meses a esta data, a construção de uma central termoeléctrica numa área próxima das Lagoas de Cufada, no sul do país, tem estado a gerar uma viva polémica entre a população, organizações de defesa do meio ambiente e os construtores.

O Governo prometeu criar uma comissão de trabalho para avaliar o impacto do que constituiria a presença a escassos quilómetros do parque natural das Lagoas de Cufada de uma central termoeléctrica.

Em entrevista, o Representante do PNUD, Gabriel Dava explica porque é importante proteger as florestas.

PÁGINA 2



© UN PHOTO

## Conselho de Segurança da ONU pronunciou-se sobre a Guiné-Bissau

PÁGINA 5



© UNIOGBIS/PIU

Conversas sobre cidadania nos 38 sectores da Guiné-Bissau: “Falta de informação leva as pessoas a não defenderem os seus direitos”

PÁGINA 6



© UNIOGBIS/PIU

CEDEAO reitera Acordo de Conacri, dá 3 meses e mantém aviso de sanções

PÁGINA 8

## Um continente de esperança

Por António Guterres

O mundo encara África demasiadas vezes pelo prisma dos problemas. Eu vejo em África um continente de esperança, promissor e com vasto potencial.

Com base nesta perspectiva positiva, estou empenhado em elevar o patamar da cooperação entre as Nações Unidas e os líderes e o povo de África. Tal é essencial para promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável e aprofundar a cooperação para a paz e a segurança.

Foi esta a mensagem que levei à recente Cimeira da União Africana em Addis Abeba, Etiópia, na minha primeira deslocação como Secretário-Geral das Nações Unidas a um evento desta natureza.

Dirigi-me à Cimeira imbuído de um espírito de profunda solidariedade e respeito. Estou convencido de que o mundo tem muito a ganhar com a sabedoria, as ideias e as soluções africanas. Expressei, também, um profundo sentimento de gratidão. África assegura a maioria dos contingentes das operações de paz das Nações Unidas. Os países africanos estão entre os maiores e mais generosos anfitriões de refugiados. Em África estão algumas das economias com um crescimento mais acelerado a nível mundial.

A recente resolução da crise política na Gâmbia demonstrou, mais uma vez, o poder da liderança e da unidade africanas para superar os desafios da governação e para defender a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito. Deixei a Cimeira mais convencido do que nunca de que a humanidade beneficiará se ouvir, aprender e trabalhar com o povo de África.

Temos planos em curso para construir um futuro melhor. A Comunidade Internacional entrou no segundo ano de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um esforço abrangente para combater a pobreza, a desigualdade, a instabilidade e a injustiça a nível mundial. África adotou o seu próprio plano complementar e ambicioso: a Agenda 2063. Para que os povos da África beneficiem inteiramente destes importantes esforços, aquelas duas agendas devem estar estrategicamente alinhadas.

O ponto de partida é a prevenção. O nosso mundo precisa que passemos, antes de mais, da gestão de crises para a prevenção das mesmas, assim quebrando um ciclo de respostas tardias e insuficientes.

Muitos dos conflitos de hoje são internos, desencadeados por disputas de poder e de recursos e por fatores como desigualdade, marginalização e divisões sectárias. Muitas vezes, são agravados pelo extremismo violento ou criam condições para o seu surgimento.

As Nações Unidas estão empenhadas em trabalhar em conjunto com os seus parceiros sempre que conflitos ou ameaças de conflitos ponham em perigo a estabilidade e o bem-estar.

Mas uma prevenção eficaz exige que não nos concentremos apenas no conflito em si. O melhor meio de prevenção e o ca-



© UNPHOTO

minho mais seguro para uma paz duradoura é o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

É possível acelerar os indicadores de progresso fazendo esforços adicionais para proporcionar oportunidades e esperança aos jovens. Mais de três em cada cinco africanos têm menos de 35 anos de idade. Tirar o máximo proveito deste imenso recurso significa investir mais na educação, na formação, em trabalho digno e proporcionar aos jovens um maior envolvimento na construção do seu futuro.

Devemos também tudo fazer para empoderar as mulheres para que elas possam desempenhar, de forma plena, um papel na promoção do desenvolvimento e da paz sustentáveis. Congratulo-me com o facto de a União Africana ter colocado de forma constante um ênfase especial na igualdade de género e no empoderamento das mulheres.

Testemunhei-o inúmeras vezes: Quando empoderamos as mulheres, empoderamos o mundo.

Desloquei-me a África como um parceiro e um amigo apostado em mudar a narrativa sobre este continente diverso e vital. O enfoque nas crises representa, no mínimo, uma perspetiva redutora. Mas a partir de uma plataforma mais elevada de cooperação podemos ver o quadro integral que destaca o enorme potencial e as notáveis histórias de sucesso em todos os cantos do continente africano.

Com esta perspectiva, não tenho dúvidas de que podemos vencer a batalha pelo desenvolvimento sustentável e inclusivo, que são também as melhores armas para prevenir conflitos e evitar sofrimento, permitindo assim que África seja um continente ainda mais vibrante e inspirador para o mundo.

António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas.

### Ficha técnica

**Direção:** Modibo Toure

**Direção editorial:** Júlia Galvão Alinho,

**Redação:** Enfamara Cassamá, Juelma Mendes, Isabel Correia, Dionísio da Silva (Buba), Ivanildo Bodjan (Bafatá), Talata Baldé (S. Domingos)

**Colaboradores:** Dan da Costa-Vieira (PAM), Wilson Gama (UNICEF), Amadu Camará (FAO), Agostinho Mané (OMS), Janaina Galvão (UNHCR), Mario Santos (ONU Mulheres) e Amantijane Candé (Rádio ONU)

**Desenho gráfico:** Noelson Barbosa

Produção e impressão: UNIOGBIS/PIU

Sistema de Monitoramento  
da Segurança Alimentar e Nutrição (FSNMS)

**Resultados do Inquérito de Dezembro de 2016  
validado em 13 de março de 2017**

O PAM, em colaboração com o Governo da Guiné-Bissau, a FAO, a União Europeia e a Sociedade Civil, realizou de 21 a 23 de fevereiro de 2017 três workshops regionais em Bula, Bafata e Buba, para a validação dos resultados da pesquisa sobre segurança e nutrição alimentar realizada em dezembro 2016 nas áreas rurais da Guiné-Bissau como parte do Sistema de Monitoramento da Segurança Alimentar e Nutrição (FSNMS). Esta ronda de oficinas de validação terminou em 13 de março de 2017 em Bissau, onde participaram mais de 50 parceiros do FSNMS, juntamente com um representante do Ministro da Agricultura, um representante da União Europeia e o Representante do PAM.

⇒ Os resultados globais revelaram que 29% das famílias nas zonas rurais da Guiné-Bissau estavam em situação de insegurança alimentar em dezembro de 2016. Especificamente, as três regiões, Tombali, Cacheu e Oio encontraram maior insegurança alimentar do que outras regiões.

⇒ A taxa de desnutrição aguda de crianças de seis a cinquenta e nove meses, calculada apenas usando a Circunferência do Braço Médio (MUAC), foi baixa (5,4%), exceto para a região de Oio, com uma taxa crítica de 15%.



## PAM forma transportadores para reduzir perdas de alimentos



© PAM

No dia 20 de abril 2017, o PAM organizou na sua sede uma sessão de formação de capacitação aos transportadores sobre os procedimentos e normas a respeitar no transporte e entrega dos géneros, aos parceiros de forma a diminuir as drasticamente as perdas, a formação permitiu a explicar aos participantes a importância que eles desempenham na gestão da cadeia logística ou de fornecimento de forma a mudar vidas das crianças e populações com insegurança alimentar e nutricional e a luta pela erradicação da desnutrição em Guiné-Bissau e atingir do fome zero no mundo.

Durante a palestra, foram informados aos condutores que o marco da cooperação do desenvolvimento das Nações Unidas e o PAM no país, seus valores, mandatos e missões estão comprometidos com respeitar direitos humanos em geral, mais especificamente direitos a alimentos e a boa nutrição, a protecção das populações vulneráveis, incluindo da todas formas de violência contra crianças, meninas, e mulheres, violência doméstica, violência física e psicológica, exploração e abuso sexual, exploração do trabalho infantil, e mantem alto padrão de ética, não tolera nenhum tipo de fraude, corrupção, desvio e abuso de poder. Por conseguinte, o PAM exige todos parceiros comprometer esses valores e não trabalha com parceiros que violam direitos dos outros ou não mostra claros comprometimentos.

Como resultado, mais de 40 participantes, inclusive o dono da empresa transportador na formação compreenderam o objetivo da formação e com uma noção clara das atividades do PAM na Guiné-Bissau, como eles podem contribuir entregando géneros aos parceiros com eficiência e em condições apropriadas sem perdas e actuando como olhos e ouvidos do PAM no terreno enviando as mensagens de esperança e sonho.

## 2ª missão do governo brasileiro e centro de excelência do PAM

“A pedido do Ministério da Educação da Guiné-Bissau, duas missões Brasileiras constituídas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Centro de Excelência do PAM em Brasil, estiveram no país, primeiro para conhecer o programa da alimentação escolar da Guiné-Bissau e destacar as prioridades de apoio solicitado pelo Governo. A segunda missão que integrou as mesmas instituições mais a Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do Brasil, realizou o segundo workshop que validou os resultados do primeiro workshop e elaborou matriz final para conceção do projeto de apoio técnico a ser assinado ainda em Junho do corrente ano pelo Brasil, Guiné-Bissau, PAM e FAO para capacitação do Governo na Criação do Programa Nacional da Cantina Escolar Sustentável e baseada na agricultura familiar”. Os dois workshops tiveram a participação de 42 técnicos vindos das diferentes instituições: Ministério da Agricultura, Economia e Plano, Educação, Saúde, Energia e Água, Confissões Religiosas, Associação de Pais e Encarregados da Educação, ONGs, INDE, INEP, INPA, PAM e FAO.

## Conversas sobre cidadania : “Falta de informação leva as pessoas a não defenderem os seus direitos”

Entre os dias 11 de Abril e 18 de Maio de 2017, várias equipas do Escritório das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), em conjunto com representantes das redes da sociedade civil da Guiné-Bissau, percorreram os 38 sectores do país, numa campanha de informação sobre cidadania, direitos humanos e estado de direito que atingiu cerca de duas mil pessoas.

A iniciativa foi bem acolhida pelos participantes que confirmaram que “a falta de informação sobre a constituição e as leis, sobre a justiça e a impunidade, fazem com que as pessoas não defendam os seus direitos”. Os participantes pediram por isso que a iniciativa se repetisse, mesmo ao nível das tabancas.

A campanha incluiu a exibição do documentário “O Cidadão e o Estado”, produzido pelas redes da sociedade civil – Movimento da Sociedade Civil, Movimentos dos Cidadãos Livres, Rede Nacional de Associações Juvenis, e Conselho Nacional da Juventude – com o apoio do UNIOGBIS e a distribuição do “Guia do Cidadão”. Durante os Djumbais os participantes tiveram oportunidade de clarificar e debater temas como os direitos cívicos, as leis, o funcionamento do sistema político e a governação. Em todas as regiões, os participantes queixaram-se que os deputados eleitos e os políticos em geral raramente vão falar com as comunidades: “não existe um canal de diálogo com os parlamentares, nós às vezes nem sabemos quem são, disse Sumaila Djab num encontro na província norte.

Em todos os sectores, a população procurou saber mais sobre os esforços em curso para ultrapassar a crise política, sobre o sistema político e as leis em vigor no país e debateram-se os

problemas de forma honesta: “ O problema da Guiné-Bissau não está na constituição mas sim nos próprios políticos motivados pelas suas posições partidárias e particulares interesses” Em muitos sectores, os cidadãos pediram às Nações Unidas que continuem a ajudar de forma assertiva: “As nações Unidas devem Pressionar os governantes a cumprirem com as suas obrigações”, dizia um participante em Mansaba.

Os direitos Humanos e em particular os direitos das mulheres motivaram acesas discussões sobre violência e sobre o dilema entre as regras religiosas e as leis do país—“a minha religião diz que as mulheres estão abaixo dos homens e devem seguir o que eles dizem, mas vocês estão a dizer que a lei diz outra coisa...” , dizia uma senhora no encontro em Farim. No mesmo encontro um senhor perguntava se a sua esposa bate nos filhos por que é que ele não pode bater na esposa? Os especialistas em direitos humanos explicaram que as leis do país estão acima das regras religiosas, que o Estado não tem religião oficial, e que as leis se aplicam de forma igual a todos. Portanto, a lei da violência doméstica aplica-se tanto a homens como a mulheres.

Muitas outras preocupações como a segurança nas fronteiras e a falta de acesso à justiça foram também levantadas e clarificadas. Muitas outras ficaram por colocar. Por isso os participantes pediram que o programa de informação não pare. “O baixo nível escolar e consequente falta de cultura democrática no povo faz com que não haja um critério rígido na escolha dos dirigentes, e as instituições sociais com ênfase na família devem trabalhar seriamente na educação de base para resgate de valores para nossa sociedade”, argumentou um popular de Bafatá.



Quebo © UNIOGBIS/PIU



Tite © UNIOGBIS/PIU

Mesmo em Bissau, no bairro de Bandim, um jovem pediu que este programa continuasse para chegar ao máximo número de pessoas: “Gostava que voltassem para que os meus colegas também pudessem participar. Foi a primeira vez que me explicaram de forma tão clara o que é um estado e como está organizado o nosso estado e como podemos defender os nossos direitos”.

### 7ª edição da Semana Africana de Vacinação

## “A vacina protege toda a gente, vacine-se”

Realizou-se a 24 de Abril, no Bairro de Hafía, em Bissau, o ato de lançamento da 7ª edição da Semana Africana de Vacinação, que decorreu entre 24 a 30 de Abril, sob o lema: “A vacina protege toda a gente, vacine-se”. A cerimónia foi presidida por Sua Excelência Senhora Primeira-Dama da República, e organizada pelo Ministério da Saúde Pública, em colaboração com a OMS e o UNICEF, organizações do Sistema das Nações Unidas que, tal como muitos outros parceiros, têm vindo a apoiar os esforços do Governo da Guiné-Bissau, no sentido de assegurar uma saúde de qualidade a todas as crianças e mulheres.

É de salientar que a liderança da Primeira-Dama da República nos esforços de advocacia relativos à vacinação, refletidos na sua participação neste evento, assim como, em toda a campanha de comunicação relativa à vacinação, refletem o seu engajamento em promover o acesso a uma saúde de qualidade para todos os Guineenses. Durante esta semana, celebra-se ao nível global a semana mundial dedicada à vacinação. A mesma representa uma oportunidade única de reforçar a sensibilização junto do público em geral, assim como, de contribuir para o melhoramento da procura por serviços de vacinação por parte das comunidades, aumentar o acesso às populações deixadas fora do sistema

de saúde e às zonas mais remotas. As vacinas são um dos maiores avanços na história da humanidade. Salvam milhões de vidas todos os anos e contam-se entre as intervenções de saúde com melhor relação custo-eficácia jamais desenvolvidas. Esta é a melhor maneira de manter uma criança saudável de forma sustentável para evitar epidemias. Estima-se que cerca de três milhões de crianças com menos de cinco anos de idade morram anualmente na Região Africana, sendo que um número significativo destes óbitos pode ser evitado através da vacinação.

A vacinação de rotina é essencial para se alcançar o nível máximo possível de saúde, sobretudo para que as crianças e mulheres possam tornar-se adultos saudáveis e produtivos.

Embora os países da Região tenham feito progressos consideráveis e louváveis na redução das doenças evitáveis pela vacinação, é preciso fazer muito mais, pois temos registado uma redução considerável das coberturas vacinais nos últimos cinco anos na Guiné-Bissau, por exemplo a cobertura de vacinação com Pentavalente passou de 101% em 2012 para 68% em 2016. Este drama deve merecer a reflexão de cada um de nós e em conjunto desenvolvermos ações concretas que nos

permitam inverter esta tendência nos próximos tempos. De forma mais global, refere-se que no ano transato, mais de 34,000 crianças menores de 1 ano não foram completamente vacinadas.



Christine Jaumes e Primeira-Dama Rosa Vaz, Bissau © UNICEF



Bairro de Hafía, Bissau © UNICEF

Gabriel Dava, Representante Adjunto do PNUD sobre o Dia Mundial das Florestas

## As árvores fazem parte do ciclo que nos dá vida



Gabriel Dava, Representante Adjunto do PNUD © UNIOGBIS/PIU

**O Dia Internacional das Florestas foi celebrado a 21 de Março findo. Foi uma oportunidade que IKUMA aproveitou para saber dos avanços e/ou retrocessos que a Guiné-Bissau fez na preservação das suas áreas naturais protegidas. Em anos recentes, o país registou abates abusivos de árvores da madeira dispersas nas suas florestas, o que pôs em risco alguns dos seus parques naturais sob o regime de protecção. Também, de alguns meses a esta data, a construção de uma central termoelétrica numa área próxima das Lagoas de Cufada, no sul do país, tem estado a gerar uma viva polémica entre a população, organizações de defesa do meio ambiente e os construtores. O Governo prometeu a criação de uma comissão de trabalho para avaliar o impacto do que constituiria a presença à escassos quilómetros do parque natural das Lagoas de Cufada de uma central termoelétrica.**

### Qual a importância de proteger as florestas?

Muito obrigado por esta oportunidade para falarmos um pouco sobre o ambiente, sobre as florestas. Eu gostaria de referir que, de facto, a questão das florestas, a questão da árvore, é uma questão preocupante, que preocupa não só o PNUD e acredito que preocupa também todo o guineense, os governantes e os parceiros de desenvolvimento. Muitas das vezes, quando falamos das florestas e da árvore, pensamos que é só a árvore em si. Mas, quando falamos da árvore, falamos de muitas coisas. Falamos, por exemplo, dos animais, sem os quais as árvores não podem sobreviver ou que os próprios animais não poderiam sobreviver. Portanto, as árvores e os animais das florestas são ligados, são interdependentes. Este é portanto, o exemplo, quando falamos da árvore que é um purificador da água, a árvore é um dos elementos fundamentais que nos traz as chuvas. Há um conjunto de factores que giram em torno da árvore, daí que, a tratar da

questão, terá de ser de forma abrangente e global, porque é a vida.

E, também, quando falamos da energia, costumamos vê-la como o único elemento que prejudica a árvore e a floresta. Mas, não é só, há muitos outros factores que são prejudiciais ao ambiente, que não é só a questão de consumo do carvão ou da lenha. Portanto, esta é uma questão bastante abrangente que tem que ser analisada nesta perspectiva de abrangência ou que envolva várias especialidades e exija o contributo de todos.

**É sabido que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem projectos que denomina de Desenvolvimento Sustentável, que inclui uma vertente ambiental. Pode-se saber exactamente do que trata ?**

Sim, o PNUD tem vários projectos na área do ambiente e devo aqui dizer que ambiente é um dos principais portefólios do PNUD e onde tem grandes intervenções. Temos vários projectos e não apenas um, temos dois projectos que terminam em Junho deste ano e é o projecto de adaptação às mudanças climáticas. Tem, por objectivo, reforçar a resiliência das populações face ao impacto das mudanças climáticas, quer seja a seca, as cheias (inundações), que tem estado a criar capacidades nas comunidades através da educação ambiental, através da introdução de técnicas produtivas adaptadas à tais mudanças climáticas, a criação de infra-estruturas, por exemplo, de reserva da água para o consumo dos animais e para a irrigação. Ainda com esse projecto apoiamos os serviços meteorológicos no sentido de poderem ter um sistema de previsão do tempo mais eficiente e não só a previsão do tempo, como também a forma de disseminar essa informação às populações por forma a poderem prevenir-se, portanto, precaverem-se das intempéries, das chuvas, secas e por aí fora.

## CEDEAO reitera Acordo de Conacri, deixa aviso de sanções



Uma missão de alto nível da Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental (CEDEAO) visitou Bissau, de 23 a 25 de Abril, para monitorar e avaliar a aplicação do Acordo de Conacri, assinado em Outubro de 2016, que define as modalidades para a saída da crise político-institucional que paralisa este país há mais de um ano. As conclusões foram já discutidas pelos chefes de Estado da CEDEAO a 4 de junho que decidiu conceder mais três meses aos Bissau-guineenses para implementarem o Acordo.

A missão foi liderada pela Senhora Marjon V. Kamara, ministra dos Negócios Estrangeiros da Libéria e composta por Naby Youssouf Kiridi Bangoura, ministro do Estado e secretário-geral da presidência da Guiné-Conacri, Samura Kamara, ministro dos Negócios Estrangeiros da Serra Leoa e Marcel de Souza, presidente da Comissão da CEDEAO e o embaixador Mamadou Deme, chefe de pessoal do ministério dos Negócios Estrangeiros da diáspora senegalesa. A delegação reuniu com o Presidente da República, José Mário Vaz, no Palácio da República, o presidente do Parlamento, Cipriano Cassamá, o primeiro-ministro Umaro Sissocó Embaló, e ainda as autoridades tradicionais, líderes religiosos, o movimento da sociedade civil e com os principais atores políticos.

Naby Youssouf Bangoura disse que na sequência de encontros tidos com os atores nacionais e de organismos internacionais sediados no país, a missão constatou que o Acordo de Conacri não está a ser aplicado pelos signatários e partes em conflito, recordou a decisão da conferência dos chefes de Estado e de governos durante a sua Cimeira ordinária de 17 de Dezembro de 2016, e pediu a aplicação de todas as decisões à letra e ao espírito do Acordo de Conacri, aprovadas pela União Africana e as Nações Unidas.

A missão pediu a cessação imediata da linguagem belicosa e incendiária, e de incitação à clivagem identitária bem como medidas de repressão contra as manifestações pacíficas, tendo por isso convidado os atores políticos a darem prova de

circunspeção nas suas declarações públicas e a absterem-se de qualquer ataque direto contra a instituição e liderança da CEDEAO, ao mediador da União Africana e das Nações incluindo qualquer ataque através da comunicação social.

Apelou também a todos os atores políticos a tomarem medidas necessárias e imediatas para permitir o funcionamento das instituições do Estado, reiterou seus elogios às Forças Armadas guineenses pela sua não-interferência na crise política e as exortou a preservarem esta via.

A delegação que anunciou a retirada da ECOMIB concedeu um prazo de 30 dias e recomendou que a Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo aprove a imposição por todos os Estados-membros e pela comunidade internacional, de sanções apropriadas contra indivíduos, grupos de indivíduos e entidades que dificultam a aplicação do Acordo Conacri e seus colaboradores próximos, com efeito imediato. No dia 24 de Abril, após a audiência com o PR José Mário Vaz, Marjon Kamará, disse que “esta visita nos foi de grande utilidade, recolhemos todos os pontos de vista dos principais atores e saímos daqui confiantes de que vai haver esforços renovados para continuar a implementação do Acordo de Conacri. Temos o compromisso do PR de que ele vai trabalhar duro no sentido de explorar todas as possibilidades para reavivar o Acordo de Conacri”, avançou a chefe da diplomacia liberiana.

A Conferência de Chefes de estado da CEDEAO em Monróvia, Libéria, a 4 de junho teve oportunidade de apreciar as conclusões desta missão e decidiu dar mais tempo a Guiné-Bissau. Decidiu “prolongar de três (3) meses o mandato da ECOMIB a fim de permitir a implementação efetiva do Acordo de Conacri pelos atores políticos na Guiné-Bissau.”

Exortando todos os actores políticos a implementar o Acordo de Conacri, a conferência de chefes de estado da CEDEAO, afirmou “a sua determinação em instituir, se necessário, sanções específicas contra todos aqueles que obstruam a implementação harmoniosa do Acordo de Conacri.”

## Conselho de Segurança da ONU pronunciou-se em maio sobre a situação na Guiné-Bissau

Os membros do Conselho de Segurança expressaram no dia 11 de Maio, profunda preocupação com a longa crise política e institucional na Guiné-Bissau, resultado da incapacidade dos atores políticos de chegarem a uma solução duradoura e consensual, levando à paralisação.

Felicitando os esforços e a liderança da CEDEAO numa declaração à imprensa, o Conselho de Segurança congratulou-se com a visita efectuada em 23 e 24 de Abril da sua missão ministerial de alto nível a Bissau com o objectivo de avaliar e avaliar o estado da implementação do Acordo de Conacri, os membros do Conselho sublinharam a necessidade da comunidade internacional continuar a apoiar e empenhar-se no apoio aos esforços regionais com vista a resolver o impasse político.

Os membros do Conselho de Segurança tomaram nota do Comunicado Final da Reunião Ministerial de Alto Nível da CEDEAO e reafirmaram a centralidade do Acordo de Conacri como o quadro principal para a resolução da crise política. O Conselho exortou as partes interessadas bissau-guineenses a absterem-se de acções susceptíveis de agravar as tensões e incitar à violência e de respeitar e cumprir rigorosamente o Acordo de Conacri e o mapa da CEDEAO para abordarem as suas diferenças e os desafios que enfrentam.

Para o efeito, os membros do Conselho convidaram o Presidente Vaz a nomear um Primeiro-Ministro cuja selecção respeite as disposições do Acordo de Conacri.

O Conselho manifestou a sua preocupação com a situação da população civil da Guiné-Bissau, que está a sofrer os efeitos negativos da crise política, e exortou todos os actores políticos a colocarem o interesse do povo da Guiné-Bissau acima de qualquer outra consideração e convidou os dirigentes bissau-guineenses, incluindo o Presidente, o Presidente do Parlamento e os chefes dos partidos políticos a respeitarem o seu compromisso de trazer estabilidade política à Guiné-Bissau no diálogo genuíno, uma solução rápida para a crise política.

Recordaram que a aplicação do Acordo poderia ser uma forma de restabelecer a



confiança dos parceiros e permitir à comunidade internacional cumprir os compromissos assumidos durante a Conferência de Bruxelas de Março de 2015 em apoio ao programa "terra ranka" e ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Elogiaram as forças de defesa e de segurança por terem continuado não a interferir na situação política na Guiné-Bissau e exortaram-nas insistentemente a manter a mesma postura.

Os membros do Conselho elogiaram igualmente o trabalho da missão de segurança da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB) no reforço da estabilidade na Guiné-Bissau e tomaram nota da decisão da Autoridade da CEDEAO de retirar o ECOMIB até 30 de Junho de 2017, e pediram à Comunidade internacional para dar todo o apoio necessário para assegurar uma transição completa e perfeita da arquitectura de segurança para as forças de defesa e segurança nacionais.

Os membros do Conselho recordaram o importante papel do Fundo da Consolidação da Paz no apoio à paz sustentável na Guiné-Bissau e congratularam-se com o seu envolvimento activo com as partes interessadas no terreno e com as organizações regionais para apoiar os esforços no sentido de uma solução política. Os membros do Conselho expressaram profunda preocupação com os desafios colocados pela criminalidade organizada

internacional e outras grandes ameaças, incluindo o tráfico de drogas no país, bem como o extremismo violento, que pode conduzir ao terrorismo e ameaças terroristas. Por último, os membros do Conselho de Segurança manifestaram o seu apoio ao Representante Especial Modibo Touré e às organizações sub-regionais para continuar a coordenar e trabalhar em estreita colaboração com todas as partes interessadas para a resolução da crise política na Guiné-Bissau.

**Próxima reunião do conselho de segurança sobre a Guiné-Bissau: agosto 2017**

**Para mais informações e documentação visite:**

<http://www.un.org/en/sc/>

<http://www.securitycouncilreport.org/guinea-bissau/>